

Auxílios de Estado



O que vai aprender nesta formação?

- Conhecer o quadro normativo (direito primário e direito secundário) geral e setorial que regula os auxílios de Estado
- Compreender os fundamentos subjacentes a este regime e a sua articulação com outras áreas do Direito da União
- Compreender a noção e as tipologias de auxílio de Estado a partir dos seus elementos constituintes
- Identificar a existência de medidas que configurem um auxílio de Estado (proibido) tendo por base o enquadramento normativo relevante e sua interpretação e aplicação pela jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia
- Conhecer o procedimento administrativo aplicável à apreciação da existência e compatibilidade de um auxílio de Estado
- Conhecer o processo (contencioso) de reapreciação de um auxílio de Estado;
- Conhecer as consequências legais decorrentes da adoção de um auxílio de Estado ilegal, em especial a obrigação de recuperação do auxílio.

Destinatários

- Dirigentes em cargos de direção superior
- Dirigentes em cargos de direção intermédia
- Trabalhadores da carreira geral de técnico superior
- Trabalhadores da carreira geral de assistente técnico
- Trabalhadores da carreira geral de assistente operacional
- Trabalhadores de carreiras especiais

Como está organizado o programa?

I. Introdução

1. Evolução e justificação do regime dos auxílios de Estado
2. Articulação do regime dos auxílios de Estado com outras áreas do Direito da União Europeia
3. Enquadramento normativo dos auxílios de Estado:
 - a) Direito primário
 - b) Direito secundário (geral e setorial)

II. Dimensão substantiva

- 3.1 A qualificação de uma medida como auxílio de Estado: análise dos elementos constitutivos e da sua interpretação pela jurisprudência
- 3.2 A compatibilidade de um auxílio de Estado com o Direito da União

III. Dimensão adjetiva

- 3.2.1 Procedimento administrativo
- 3.2.2 Contencioso dos auxílios de Estado
- 3.2.3 Efeitos de um auxílio de Estado ilegal

IV. Conclusão

Quais as competências comportamentais do ReCAP que esta formação potencia?

- Orientação para o Serviço Público
- Negociação e Influência
- Tomada de Decisão
- Análise Crítica e Resolução de Problemas

Qual o valor da propina?

60€

Como será realizada a avaliação?

Requisitos gerais de acesso

Inscrição

Existem pré-requisitos para a inscrição na ação?

Quais as regras associadas ao financiamento PRR?

Qual o valor do desconto?

Qual o enquadramento desta formação?

Este curso tem coordenação académica?

Formadores

Lúcio Tomé Feteira

Professor Associado e Coordenador do Mestrado em Direito. Área de especialização em Direito Público.

É licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (1994-1999), tem o diploma de estudos de pós-graduação em Direito das Empresas (Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – 2003-2004) e em Direito da Concorrência e Regulação (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – 2005-2006). É Master of Research e doutorado (Ph.D.) em Direito pelo Instituto Universitário Europeu, de Florença (2006-2012). Fez um pós-doutoramento em ciências jurídico-económicas na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2013-2015).

É advogado na sociedade Luís Silva Morais, Sérgio Gonçalves do Cabo & Associados – SP, R.L.

Área de Formação: **Interesse e Serviço Público**

Área Temática: **União Europeia**

Duração: **6 horas**

Forma de organização da formação: **Formação a Distância (síncrona)**

[Visitar página do Curso](#)

Ficheiro descarregado a: 29/01/2026